PREFEITURA DE
AQUIRAZ
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

MENSAGEM DE LEI Nº 057/2022, 30 de agosto de 2022.

Senhor Presidente,
Ínclitos Pares,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao Orçamento do exercício financeiro de 2022, oriundo da Lei Municipal nº 1.425, de 02 de dezembro de 2021 (promulgada pela Câmara Municipal), no valor de R$ 493.966,78 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos) e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional suplementar subsidiará o reforço de diversas dotações já existentes no orçamento em curso do Hospital Municipal Manual Assunção Pires, que se projetam deficitárias, tais como despesa com material de consumo e outros serviços de terceiros pessoa jurídica que se convergem para a falta de saldo orçamentário.

CONSIDERANDO que referido Projeto de Lei é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo Municipal, uma vez que trata de matéria orçamentária, havendo de ser apreciado pela Câmara Municipal, conforme preconiza os ditames constitucionais.

CONSIDERANDO que as operações de abertura de crédito adicional suplementar estão previstas na Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais do direito financeiro, sendo que no particular, reza o art. 41, inciso I:

> "Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
> I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; "

Assim, resta evidenciado que a doutrina e a legislação pertinente à matéria corroboram a realização da operação em exame, não havendo, portanto qualquer óbice à sua efetivação, desde que observadas as regras específicas inerentes aos procedimentos desta natureza.

Prosseguindo em análise, segue abaixo os demais dispositivos legais, também aplicáveis ao caso em tela, senão vejamos:

Câmara Municipal de Aquiraz
RECEBIDO
01/09/22
Augustus Matos
Servidor
as 10:46

"Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:
[...]

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; "

Portanto, o art. 43 confere o devido supedâneo legal para a abertura de créditos adicionais suplementares.

Desta forma, a fim de cumprir com papel do gestor público, apresento o presente Projeto de Lei indicando, com total transparência, as devidas ações orçamentárias, elementos de despesas e fontes de recursos que serão suplementados junto ao orçamento vigente em decréscimo das suas concorrentes que serão devidamente anuladas.

Além disso, busca-se imprimir uma gestão eficiente, compromissada e responsável, à luz das legislações pertinentes, como a Lei Orgânica do Município de Aquiraz, LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Constituição Federal vigente.

Diante de todo o exposto, contamos com os Nobres *Edis* para a aprovação deste Projeto de Lei de elevada importância para garantir condições técnicas para que os recursos sejam alocados nas dotações orçamentárias deficitárias em razão do atendimento das demandas das atividades da Administração e dos munícipes.

Certo de que os ilustres membros dessa Colenda Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar a valiosa colaboração no encaminhamento, de modo a colocá-la em tramitação, **EM REGIME DE URGÊNCIA**, dado o relevante interesse público, renovando protestos de estima e consideração.

Aproveitamos o ensejo para enviar-lhes nossas cordiais saudações.

Bruno Barros Gonçalves
Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor
JAIR JOSÉ DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Aquiraz
Aquiraz – Ceará

PROJETO DE LEI Nº ____ DE 30 DE AGOSTO DE 2022.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Municipal em observância ao determinado na Lei Federal nº 4.320/64, bem como altera a Lei Municipal nº 1.425/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AQUIRAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e conforme as disposições dos artigos 40, 41, inciso I, 42 e 43, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento vigente do Município de Aquiraz, Crédito Adicional Suplementar para subsidiar o reforço de diversas dotações já existentes no orçamento em curso, do Hospital Municipal Manuel Assunção Pires que se projetam deficitárias, no valor de R$ 493.966,78 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos), conforme se discrimina a seguir:

Classificação Funcional Programática	Unidade Gestora/Ação	Elemento de Despesa	Valor R$
15.02 - Hospital Municipal Manuel Assunção Pires			
15.02.10.302.0009.2.089	Ação: Gestão do Hospital Municipal Manuel Assunção Pires	3.3.90.30.00 - Material de Consumo	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 350.000,00
		3.3.90.39.00 - Outros Serv. De terc pessoa jurídica	
		Fonte de Recursos: 1500000000	R$ 143.966,78
TOTAL DAS ANULAÇÕES			R$ 493.966,78

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do Crédito supra descrito, da suplementação, nos termos da **ANULAÇÃO** parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do Art. 43, §1º, inciso III da Lei nº 4.320/64, no montante de R$ 493.966.78 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos), conforme se evidencia a seguir:

Classificação Funcional Programática	Unidade Gestora/Ação	Elemento de Despesa	Valor R$
15.02 - Hospital Municipal Manuel Assunção Pires			
15.02.10.302.0007.1.061	Ação: Ampliação, Reforma e Requalificação do Hospital Municipal Manuel Assunção Pires	4.4.90.36.00 Outros serv. de terc. Pessoa física	
		Fonte de recursos: 1500100200	R$ 1.000,00
		4.4.90.39.00 Outros serv. de terc. Pessoa jurídica	
		Fonte de recursos: 1500100200	R$ 1.000,00
		4.4.90.51.00 Obras e instalações	
		Fonte de recursos: 1601000000	R$ 141.897,11
		Fonte de recursos: 1635000000	R$ 25.000,00
15.02.10.302.0007.1.062	Ação: Aquisição de Equipamentos, M.P. e Reaparelhamento do HMMAP	4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente	
		Fonte de recursos: 1500000000	R$ 36.428,87
		Fonte de recursos: 1500100200	R$ 3.245,30
		Fonte de recursos: 1601000000	R$ 100.000,00
		Fonte de recursos: 1621000000	R$ 50.000,00
15.02.10.302.0009.2.089	Ação: Gestão do Hospital Municipal Municipal Manuel Assunção Pires	3.3.90.14.00.00 Diárias - civil	
		Fonte de recursos: 1500100200	R$ 1.000,00
		3.3.90.33.00 Passagens e despesas com locomoção	
		Fonte de recursos: 1500100200	R$ 50.000,00
		Fonte de recursos: 1600000000	R$ 84.395,50
TOTAL DAS ANULAÇÕES			R$ 493.966,78

Art. 3º - Esta Lei autoriza a atualizar e ou ajustar no que couber, a Lei nº 1.403 de 09 de julho de 2021(Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a Lei nº 1.427 de 22 de Dezembro de 2021 (PPA - Plano Plurianual).

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ PREFEITO CARLOS AUGUSTO MATOS PIRES, EM 30 DE AGOSTO DE 2022.

BRUNO BARROS GONÇALVES
Prefeito Municipal